CORREIO DE PERNAMBUCO

JORNAL NO FORMATO DIGITAL E ON LINE

Ano: I • Edição: 50 • Quarta-feira, 23 de Setembro de 2026 • Periodicidade: BI-SEMANAL • Distribuição Dirigida • Diretor Presidente: Antônio Ricardo Accioly Campos

DIVULGAÇÃO



JOÃO CAMPOS



ORLA DE BOA VIAGEM

ORLA DE BOA VIAGEM: AUMENTO DE CUSTOS COLOCA GESTÃO DE JOÃO CAMPOS SOB COBRANÇA

MAIS DETALHES NA *PÁGINA 2*

ARTIGO



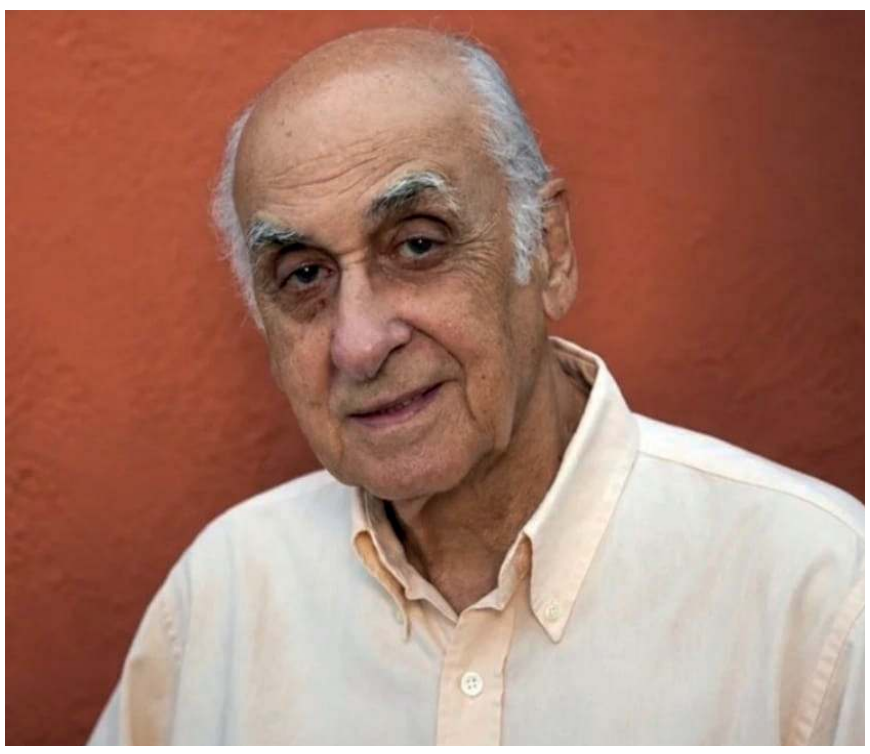
ANTÔNIO CAMPOS
ADVOGADO

A epidemia silenciosa das bets PÁG. 4

FOTO DIVULGAÇÃO



Governo de Pernambuco abre inscrições para o 17º Festival de Cinema de Triunfo PÁG.3



Morre Zuenir Ventura, aos 95 anos PÁG. 3



Pernambuco tem aumento na mortalidade e nos acidentes com motos em rodovias federais PÁG. 4

CORREIO DE PERNAMBUCO | PAINEL CORREIO POLÍTICO: A análise das pesquisas eleitorais e os bastidores de 2026. ELEIÇÕES 2026

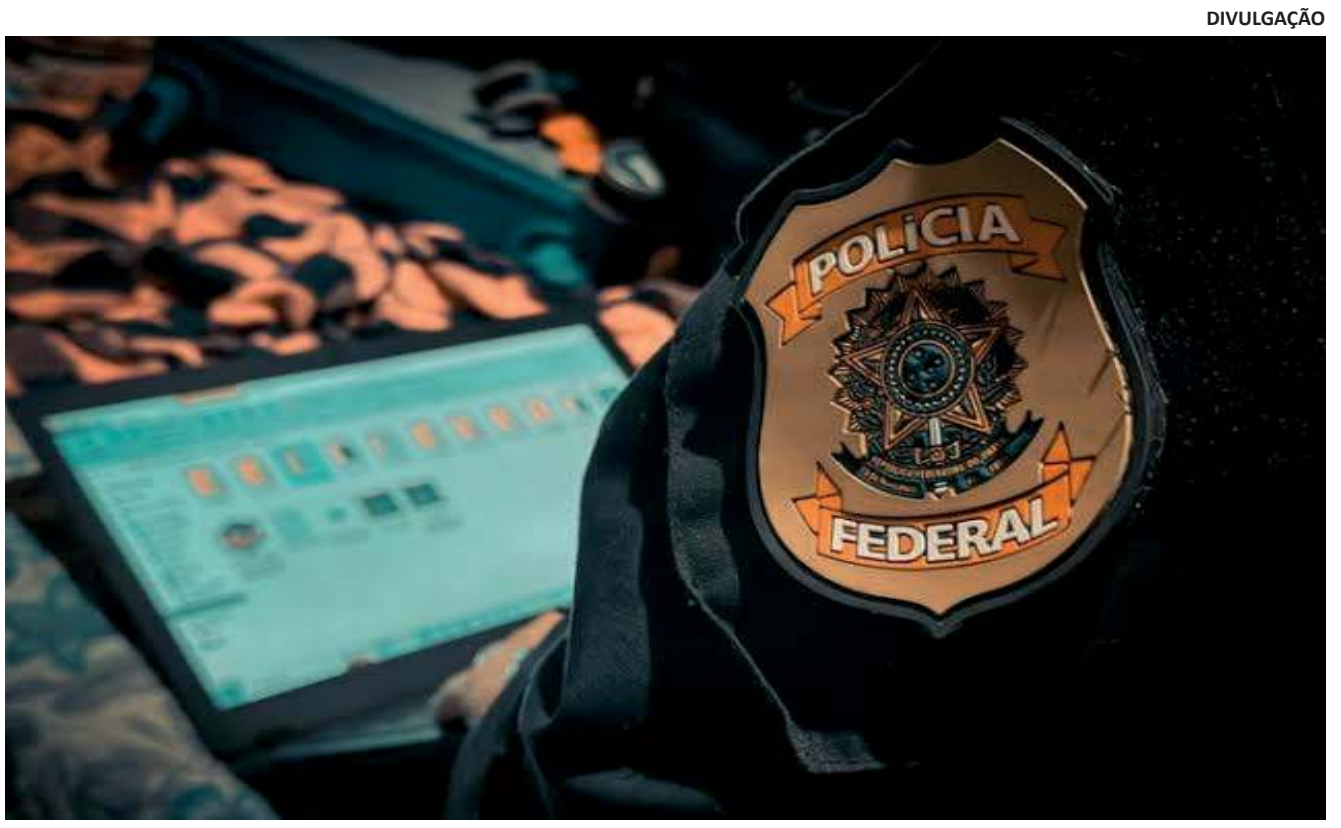
PERNAMBUCO NA RETA FINAL: A DISPUTA ENTRE A AVALIAÇÃO DO GOVERNO, AS POLÊMICAS E A FORÇA DA POLARIZAÇÃO NACIONAL PÁG. 5



PF investiga transferências fraudulentas de domicílio eleitoral na Mata Sul de Pernambuco PÁG. 2

PF investiga transferências fraudulentas de domicílio eleitoral na Mata Sul de Pernambuco

DIVULGAÇÃO



A Polícia Federal cumpriu, na manhã desta terça-feira (22/09/2026), doze mandados de busca e apreensão no âmbito da Operação Mendazes, deflagrada para apurar, em tese, a falsificação de comprovantes de residência e a promoção de transferências fraudulentas de domicílio eleitoral para município localizado na Mata Sul do Estado de Pernambuco, no contexto das Eleições Municipais de 2024.

As medidas foram autorizadas pelo Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco e executadas por equipes de policiais federais em endereços residenciais e institucionais, incluindo dependências da sede de Prefeitura Municipal e de órgãos públicos relacionados aos investigados.

Segundo os elementos coligidos ao inquérito policial, o esquema teria envolvido a captação de eleitores residentes em outros municípios para que transferissem seus títulos eleitorais para a localidade investigada, embora, em tese, não possuíssem vínculo que justificasse a alteração do domicílio eleitoral. A finalidade investigada seria ampliar artificialmente o contingente de eleitores aptos a votar no município nas Eleições Municipais de 2024, com possível repercussão sobre a disputa eleitoral local.

Para viabilizar as transferências, os investigados teriam recebido documentos pessoais e fotografias dos eleitores, confeccionado comprovantes de residência falsificados e realizado o protocolo dos respectivos requerimentos por meio da rede institucional do Poder Executivo municipal. Também são apurados indícios de atuação coordenada para a inserção e a ratificação de informações no sistema eleitoral.

As diligências tiveram como objetivo localizar e apreender aparelhos celulares, computadores, notebooks, comprovantes de endereço, requerimentos de alistamento ou transferência eleitoral, listas, anotações e outros documentos ou dispositivos potencialmente relacionados aos fatos investigados.

A investigação teve origem em notícia de fato encaminhada à Procuradoria Regional Eleitoral de Pernambuco e reúne, entre outros elementos, áudios submetidos a exame pericial, certidões, depoimentos, registros fotográficos e dados técnicos relacionados a endereço de protocolo vinculado à rede institucional municipal.

Os trabalhos prosseguem com a análise do material arrecadado, a fim de esclarecer a dinâmica dos fatos, a extensão das condutas investigadas, a finalidade das transferências eleitorais promovidas e a eventual participação de outras pessoas.

Informações que possam comprometer o andamento das diligências ou a preservação da intimidade dos envolvidos não serão divulgadas.

O nome da operação faz referência ao caráter supostamente fraudulento dos documentos que teriam sido utilizados para instruir os requerimentos de transferência eleitoral.

Orla de Boa Viagem: aumento de custos coloca gestão de João Campos sob cobrança

A requalificação da Orla de Boa Viagem, um dos principais cartões-postais do Recife, volta ao centro do debate sobre planejamento, custos e execução de obras públicas durante a gestão de João Campos na Prefeitura do Recife.

O projeto, que foi apresentado pela administração municipal como uma das principais intervenções urbanas da cidade, acumula novos contratos e ampliações de valores. O conjunto de intervenções relacionadas à requalificação da orla já chega a cerca de R$ 210 milhões.



O dado chama atenção principalmente porque, em março de 2024, a própria Prefeitura do Recife informou que o Projeto Orla Parque teria valor máximo de R$ 127 milhões e prazo de 18 meses para execução, com previsão de conclusão até o fim de 2025.

Desde então, entretanto, novos contratos foram firmados e valores foram acrescentados à intervenção. O contrato principal, por exemplo, passou por reajustes e aditivos, enquanto outros serviços foram contratados separadamente.

A discussão não se resume, portanto, ao tamanho da obra ou à importância da intervenção. O questionamento central é sobre planejamento. Se o projeto inicialmente anunciado tinha determinado escopo e orçamento, por que o custo total das intervenções relacionadas à orla cresceu de forma tão significativa?

A situação ganha uma dimensão política ainda maior porque João Campos deixou a Prefeitura do Recife e agora disputa o Governo de Pernambuco. As decisões tomadas durante sua administração municipal passam, naturalmente, a ser examinadas dentro do debate sobre o modelo de gestão que ele pretende apresentar para o Estado.

O próprio João Campos contestou a interpretação de que a obra simplesmente teria dobrado de preço. Segundo o ex-prefeito, existem diferentes contratos e intervenções relacionadas à orla, que não deveriam ser somados como se fossem uma única obra.

A explicação, porém, reforça a necessidade de transparência. É preciso deixar claro à população quanto foi previsto inicialmente, quanto já foi efetivamente contratado, quais serviços foram acrescentados posteriormente, quais foram objeto de aditivos e qual será o custo final de todas as intervenções.

Também chama atenção o cronograma. A Prefeitura havia anunciado a conclusão do projeto para o fim de 2025. Em setembro de 2026, a requalificação da Orla de Boa Viagem continua envolvendo novas contratações e permanece no centro de uma disputa política.

Não há questionamento sobre a importância de melhorar a orla. Recife precisa de espaços públicos qualificados, infraestrutura turística e equipamentos urbanos adequados. O que precisa ser discutido é quanto essas intervenções custam aos cofres públicos, por que os valores aumentaram e se o planejamento inicial foi adequado.

Agora, na condição de candidato ao Governo de Pernambuco, João Campos terá de conviver também com o escrutínio sobre seu período à frente da Prefeitura do Recife. E grandes obras, especialmente aquelas que envolvem centenas de milhões de reais, inevitavelmente fazem parte dessa prestação de contas.

EXPEDIENTE

CORREIO DE PERNAMBUCO

PRESIDÊNCIA
Antônio Ricardo Accioly Campos - camposad@camposadvogados.com.br

EDITOR-CHEFE
Dyogo Bastos - Jornalista - DRT-6259-PE - dyogobastos.imprensa@gmail.com

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO
Real Digital Publisher Ltda - realdigitalpublisher@gmail.com

EDIÇÃO GERAL
Ponte Nova Editora e Distribuidora de Livros
CNPJ: 44.434.406/0001-58
Endereco: Av. José Augusto Moreira, 500, Casa Caiada, Olinda- PE

CENTRAL DE ATENDIMENTO:
Tel.: (81) 9.8180.5558 - redecorreionoticias@gmail.com

ESTAMOS ONLINE:
www.redecorreionoticias.com.br
www.correiodorecife.com.br
www.correiopernambuco.com.br
www.portalmarimdoscaetes.com.br
www.correiodolitoralnortepe.com.br
www.correiojoaopessoa.com.br
www.jornalodiape.com.br

Os artigos e informações vinculados são de responsabilidade de seus autores e anunciantes. Artigos de terceiros não são remunerados. É proibida a reprodução total ou parcial de anúncios ou matérias sem a devida autorização.

Governo de Pernambuco abre inscrições para o 17º Festival de Cinema de Triunfo

Com o tema "No cinema do sertão nasce a flor do amanhã", festival recebe obras brasileiras e pernambucanas entre 1º e 15 de outubro; programação acontece de 6 a 12 de dezembro, em Triunfo

Com o tema "No cinema do sertão nasce a flor do amanhã", festival recebe obras brasileiras e pernambucanas entre 1º e 15 de outubro; programação acontece de 6 a 12 de dezembro, em Triunfo



Realizado pelo Governo de Pernambuco, por meio da Secretaria de Cultura do Estado (Secult-PE) e da Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (Fundarpe), o 17º Festival de Cinema de Triunfo abre o edital para inscrições de obras audiovisuais brasileiras e pernambucanas que poderão integrar as mostras competitivas da edição de 2026. Produtores e realizadores interessados podem inscrever seus trabalhos gratuitamente entre os dias 1º e 15 de outubro, até às 16h59 (horário de Brasília), exclusivamente pelo Mapa Cultural de Pernambuco no endereço www.mapacultural.pe.gov.br/oportunidade/3402/#info.

O festival será realizado de 6 a 12 de dezembro de 2026, em Triunfo, no Sertão de Pernambuco. Nesta edição, o festival traz como tema "No cinema do sertão nasce a flor do amanhã", inspirado nos versos do poeta Rogaciano Leite: "Sou do Pajeú das Flores, tenho razão de cantar". A proposta celebra a força criativa dos sertões e convida a pensar os futuros possíveis para o audiovisual, a partir da ideia de que o cinema se renova continuamente e de que muitos outros cinemas ainda estão por nascer.

"O Festival de Cinema de Triunfo é uma das iniciativas mais importantes da política audiovisual de Pernambuco, não apenas por promover o encontro do público com a produção brasileira e pernambucana, mas também por levar o cinema para o interior e reconhecer a diversidade de olhares que nasce nos diferentes territórios. Nesta 17ª edição, o tema 'No cinema do sertão nasce a flor do amanhã' reforça justamente essa perspectiva de futuro e de renovação", afirma Ana Paula Jardim, secretária de Cultura de Pernambuco em exercício.

"O Festival de Cinema de Triunfo tem um papel importante na descentralização e na circulação da produção audiovisual em Pernambuco, aproximando filmes, realizadores e públicos de diferentes territórios no Sertão do Pajeú. Ao ocupar novamente o Cine Theatro Guarany, equipamento histórico e fundamental na vida cultural da cidade, o evento reafirma a importância de manter esses espaços conectados à produção contemporânea", destaca Renata Borba, presidente da Fundarpe.

O edital contempla seis categorias competitivas: Longa-metragem Nacional; Curta ou Média-metragem Nacional; Curta ou Média-metragem Pernambucano; Curta ou Média-metragem Infantojuvenil Nacional; Curta ou Média-metragem dos Sertões; e Filme Experimental.

Serão aceitas obras finalizadas entre 2024 e 2026, até o encerramento das inscrições, em diferentes gêneros e linguagens, como ficção, documentário, animação, videoclipe e outros formatos audiovisuais. Podem participar pessoas físicas, MEIs, pessoas jurídicas e grupos ou coletivos sem CNPJ, desde que atendam às condições estabelecidas no edital.

Entre as categorias, a de Curta ou Média-metragem dos Sertões é destinada a obras realizadas em municípios do Sertão Semiárido nordestino ou dirigidas por pessoas que residam nesse território há pelo menos 24 meses. Já a categoria Filme Experimental contempla produções autorais de baixo ou baixíssimo orçamento, incluindo trabalhos realizados por coletivos, escolas e outras iniciativas, com celulares e outros meios de produção.

O edital também considera, entre os critérios de avaliação, o protagonismo e a participação criativa de grupos historicamente sub-representados. A escolha dos filmes vencedores contará ainda com a participação de um Júri Popular formado por representantes de Triunfo, podendo integrar estudantes, professores e profissionais do audiovisual do município.

Ao todo, serão concedidos 12 prêmios em dinheiro, com valores que variam de R$ 2 mil a R$ 6 mil. O festival também entregará o Troféu Caretas, destinado às categorias técnicas, e o Troféu Fernando Spencer, para o vencedor de Melhor Personagem.

Para se inscrever, é necessário acessar a oportunidade do festival no Mapa Cultural de Pernambuco, preencher o formulário correspondente e apresentar a documentação exigida pelo edital. Também deve ser informado um link para visualização integral da obra e, quando necessário, a respectiva senha. O mesmo proponente poderá inscrever mais de uma obra, desde que seja preenchido um formulário próprio para cada filme.

Serviço:
17º Festival de Cinema de Triunfo
Link para o edital: www.mapacultural.pe.gov.br/oportunidade/3402/#info
Inscrições: 1º a 15 de outubro de 2026
Até 16h59 (horário de Brasília)
Realização: 6 a 12 de dezembro de 2026
Local: Triunfo (PE)

Morre Zuenir Ventura, aos 95 anos

Morreu nesta terça-feira (22), aos 95 anos, o jornalista e escritor Zuenir Ventura, membro da Academia Brasileira de Letras. Ele estava em casa, no Rio de Janeiro, e morreu em decorrência de uma pneumonia. A informação foi confirmada pela Academia Brasileira de Letras.

Nascido em Além Paraíba, em Minas Gerais, em 1931, Zuenir construiu uma trajetória de mais de seis décadas dedicada ao jornalismo e à literatura. Trabalhou em importantes veículos da imprensa brasileira, entre eles Correio da Manhã, Jornal do Brasil, Veja, IstoÉ e O Globo.

Como escritor, tornou-se conhecido nacionalmente por obras como 1968: O Ano que Não Terminou, um dos livros mais importantes sobre a história recente do Brasil, e Cidade Partida, resultado de seu trabalho jornalístico sobre violência e desigualdade social no Rio de Janeiro.

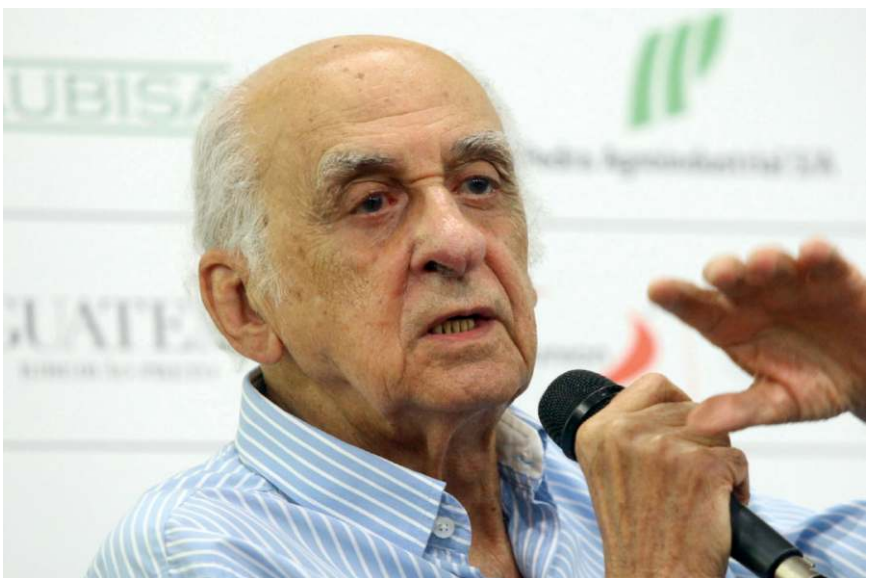
Zuenir também se destacou pela formação de novas gerações de jornalistas, tendo atuado como professor e exercido diferentes funções na imprensa, como repórter, editor, colunista e diretor de redação. Ao longo da carreira, recebeu importantes reconhecimentos, entre eles os prêmios Esso e Vladimir Herzog.

Em 2014, foi eleito para a Academia Brasileira de Letras, ocupando a cadeira 32, que havia pertencido ao escritor pernambucano Ariano Suassuna. Tomou posse em março de 2015.

O velório será realizado nesta quarta-feira (23), na sede da Academia Brasileira de Letras, no Rio de Janeiro. O sepultamento ocorrerá no mausoléu da instituição, no Cemitério São João Batista.

LAMENTO

O escritor, advogado e acadêmico da Academia Pernambucana de Letras, Antônio Campos, lamentou profundamente a morte de Zuenir Ventura. Para ele, o país perde um dos grandes nomes da imprensa e da literatura brasileira, cuja trajetória ultrapassou as redações e os livros para se transformar em parte da própria memória



intelectual do Brasil.

"Recebo com profunda tristeza a notícia da morte de Zuenir Ventura. Perdemos um grande jornalista, escritor e intelectual brasileiro, um homem que soube transformar a reportagem em documento histórico e a literatura em instrumento de compreensão do país. Zuenir tinha uma rara capacidade de observar o Brasil, suas contradições, suas transformações e seus personagens, registrando seu tempo com precisão, sensibilidade e humanidade."

Antônio Campos também destacou o simbolismo de Zuenir ter ocupado na Academia Brasileira de Letras a cadeira anteriormente pertencente a Ariano Suassuna.

"Há também um significado especial para nós, pernambucanos. Zuenir sucedeu Ariano Suassuna na Academia Brasileira de Letras, estabelecendo uma bonita continuidade entre dois grandes intelectuais brasileiros, cada um com sua linguagem e trajetória, mas ambos profundamente comprometidos com a cultura e com a compreensão do Brasil."

Membro da Academia Pernambucana de Letras, Antônio Campos ressaltou ainda a importância das academias como espaços de preservação da memória cultural e de diálogo entre diferentes gerações de escritores.

"Como integrante da Academia Pernambucana de Letras, sinto ainda mais fortemente a dimensão dessa perda. As academias são casas da memória, da palavra e da permanência. Zuenir deixa uma obra que continuará sendo lida, estudada e debatida pelas novas gerações. Sua partida encerra uma trajetória extraordinária, mas sua voz permanecerá viva em seus livros, em suas reportagens e na formação de tantos jornalistas e escritores."

Por fim, Antônio Campos prestou solidariedade à família, aos amigos e aos colegas de profissão de Zuenir Ventura.

"Minha solidariedade à família, aos amigos e a todos que tiveram o privilégio de conviver com Zuenir. Que sua memória permaneça como exemplo de compromisso com o jornalismo, com a literatura e com a cultura brasileira. Zuenir Ventura parte, mas sua palavra fica."



ARTIGO

POR ANTÔNIO CAMPOS

ADVOGADO, ESCRITOR, MEMBRO DA ACADEMIA PERNAMBUCANA DE LETRAS, MEMBRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE IMPRENSA – ABI, CURADOR DA FLIPORTO BRASIL, FLIPORTO PORTUGAL, FLIPORTO ARTE E PRESIDENTE DO CONSELHO DO JORNAL CORREIO DE PERNAMBUCO.

A EPIDEMIA SILENCIOSA DAS BETS

Há epidemias que chegam fazendo barulho. Outras se espalham silenciosamente, entram nas casas, nos celulares e na rotina das famílias até que seus efeitos se tornem difíceis de ignorar.

A EXPANSÃO DAS BETS É UMA DELAS.

Não escrevo apenas como observador. Como advogado e cidadão, ajuizei uma ação popular contra a União, na Justiça Federal, para levar ao Judiciário uma discussão que considero urgente: a necessidade de fiscalização efetiva das plataformas de apostas e de maior proteção da sociedade diante da expansão desse mercado e de sua publicidade.

O tema não pode ser reduzido a uma discussão entre liberdade econômica e proibição. Existe um terceiro elemento que precisa ocupar o centro do debate: a proteção da pessoa e da saúde pública.

Porque já não estamos falando apenas de quem ganha ou perde dinheiro.

Estamos falando de pessoas adoecendo.

De famílias endividadas.

De trabalhadores comprometendo salários inteiros.

De jovens atraídos pela promessa de dinheiro fácil.

De pessoas que passam a esconder suas perdas, acumulam dívidas e entram em um ciclo de apostas para tentar recuperar aquilo que perderam.

E estamos falando também de sofrimento psicológico, depressão e, nos casos mais extremos, pessoas que chegam a tirar a própria vida diante de um quadro de desespero associado às consequências do jogo.

É preciso tratar esse último ponto com a seriedade que ele exige. Não se deve atribuir automaticamente um suicídio exclusivamente às apostas, porque situações dessa natureza são complexas e podem envolver múltiplos fatores. Mas também não podemos ignorar relatos e evidências que apontam para a associação entre problemas relacionados ao jogo, endividamento, sofrimento psíquico e comportamento suicida.

Quando uma atividade econômica passa a produzir consequências dessa natureza em parcela da população, a discussão deixa de ser exclusivamente comercial. Ela passa a ser também uma questão de saúde pública.

Com poucos cliques, qualquer pessoa pode abrir uma conta, depositar dinheiro e começar a apostar. A publicidade transformou as bets em presença cotidiana, associando as plataformas ao futebol, a celebridades, influenciadores e grandes eventos esportivos.

O problema é que a publicidade costuma ser muito mais sofisticada para vender a aposta do que para explicar seus riscos.

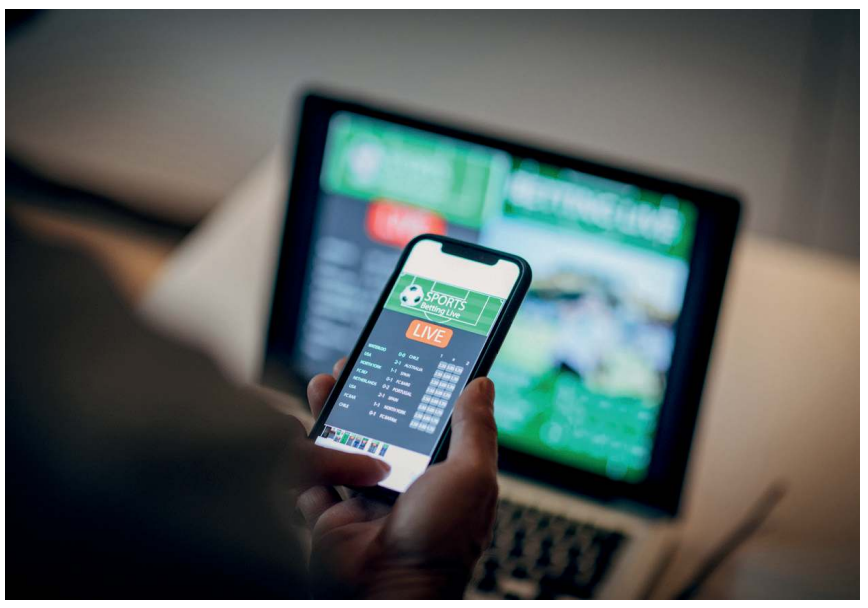
Para quem enfrenta dificuldades financeiras, a promessa de ganhar dinheiro rapidamente pode parecer uma saída. Uma aposta pode parecer pequena. Outra também. Até que o conjunto das perdas se transforme em uma dívida que a pessoa já não consegue administrar.

Cria-se um ciclo perigoso.

Perde-se. Aposta-se novamente para recuperar. Perde-se outra vez. Aumenta-se o valor da aposta. E aquilo que começou como entretenimento pode transformar-se em compulsão.

É importante deixar claro: não se trata de afirmar que todo apostador desenvolverá dependência ou enfrentará problemas graves. O ponto é outro. O risco existe, e sua dimensão social exige resposta proporcional.

O Brasil regulamentou o mercado de apostas. Mas regulamentar não pode significar apenas estabelecer regras para as empresas e criar mecanismos de arrecadação. A regulamentação precisa ter como uma de suas prioridades a proteção do cidadão.



Foi justamente essa preocupação que me levou ao Judiciário.

A ação popular que ajuizei contra a União busca provocar uma discussão institucional sobre a fiscalização das bets e sobre os limites da publicidade desse setor. A sociedade precisa discutir se a comunicação comercial das apostas está sendo compatível com os riscos que essa atividade pode representar.

Não se trata de declarar guerra às bets.

Trata-se de estabelecer responsabilidade.

Nenhuma liberdade econômica é absoluta. O Estado tem o dever de fiscalizar atividades econômicas e proteger direitos fundamentais, especialmente quando estão envolvidos consumidores vulneráveis e possíveis impactos coletivos.

Também precisamos olhar para dentro das famílias.

Muitas vezes, o problema só aparece quando o dinheiro desaparece, as dívidas aumentam ou a confiança é quebrada. Antes disso, existe um sofrimento silencioso. Pessoas escondem apostas, empréstimos e perdas. Familiares percebem mudanças de comportamento, mas nem sempre conseguem identificar imediatamente a origem.

E quando a pessoa já está mergulhada em dívidas e sofrimento psicológico, dizer simplesmente que ela deveria "parar de apostar" é insuficiente.

É necessário oferecer prevenção, orientação, tratamento e portas de saída.

A saúde pública precisa estar preparada para lidar com os transtornos relacionados ao jogo. Profissionais precisam ser capacitados. As famílias precisam de informação. E as pessoas precisam saber onde buscar ajuda antes que uma dificuldade financeira se transforme em uma crise pessoal.

Há também uma questão de justiça social.

Para uma pessoa de alta renda, uma perda de algumas centenas de reais pode representar um prejuízo administrável. Para uma família que vive no limite do orçamento, o mesmo valor pode significar falta de comida, atraso no aluguel, inadimplência ou comprometimento de despesas básicas.

Por isso, precisamos discutir educação financeira, prevenção e proteção aos mais vulneráveis.

Precisamos ensinar que aposta não é investimento. Ganho eventual não representa renda. E tentar recuperar dinheiro perdido por meio de novas apostas pode aprofundar ainda mais o problema.

A publicidade também precisa ser enfrentada com seriedade. Não é razoável que os mecanismos de estímulo ao consumo sejam muito mais fortes do que as ferramentas de proteção e informação sobre os riscos.

O mercado pode existir. Mas mercado não significa ausência de limites.

Minha ação na Justiça Federal é uma contribuição para esse debate. O objetivo é provocar uma discussão institucional sobre fiscalização, publicidade, responsabilidade e proteção social.

Não podemos esperar que as consequências se multipliquem para somente depois reconhecer a dimensão do problema.

A epidemia das bets é silenciosa porque muitas de suas primeiras consequências acontecem atrás de uma tela de celular, dentro de uma casa, longe das estatísticas mais visíveis.

Mas o silêncio não significa ausência de sofrimento.

Por trás de uma aposta perdida pode existir uma dívida. Por trás da dívida, uma família em crise. Por trás da crise, uma pessoa adoecida. E, nos casos mais extremos, uma vida perdida.

É por isso que essa discussão precisa ser tratada com responsabilidade e urgência.

O Brasil ainda pode enfrentar esse fenômeno com racionalidade, ciência, regulação, educação e políticas de saúde pública.

A pergunta não deve ser apenas quanto o Estado pode arrecadar com as apostas.

Precisamos perguntar também quanto a sociedade está disposta a pagar pelas consequências de um mercado que cresce em velocidade muito maior do que nossa capacidade de prevenir seus danos.

Antes que a conta chegue às famílias, é preciso discutir quem deve assumir a responsabilidade por ela.

Pernambuco tem aumento na mortalidade e nos acidentes com motos em rodovias federais

O aumento no número de sinistros envolvendo motocicletas nas rodovias federais de Pernambuco tem sido uma das principais preocupações da Polícia Rodoviária Federal (PRF), que chama a atenção para o tema na Semana Nacional do Trânsito 2026. Realizada entre os dias 18 e 25 de setembro, a iniciativa intensifica as ações para engajar toda a sociedade — pedestres, ciclistas, motociclistas, motoristas e passageiros — na construção de um ambiente viário mais seguro e humano.

Com o tema "Desacelere. Seu bem maior é a vida.", o foco deste ano está na redução da velocidade, uma medida importante para reduzir a gravidade dos sinistros e proteger as pessoas, que são o elemento mais frágil no trânsito. Em Pernambuco, a PRF realiza ações educativas e de fiscalização nas rodovias, em escolas e empresas, direcionadas à conscientização de todos que compõem o trânsito.

SINISTROS COM MOTOCICLETAS

Entre janeiro e agosto deste ano, foram registrados 1.221 sinistros com motocicletas em Pernambuco, que resultaram em 1.401 feridos e 130 mortes. No mesmo período do ano passado, foram atendidos 1.033 sinistros desse tipo, com 1.180 feridos e 103 mortes.

A ausência de reação do condutor está entre as principais causas das colisões envolvendo motocicletas em Pernambuco, com 170 sinistros e 15 mortes no período de janeiro a agosto deste ano; acessar a via sem observar a presença de outros veículos, com 162 sinistros e 15 mortes; e pela reação tardia ou ineficiente do condutor, com 149 sinistros e 12 mortes.

A pressa e a falta de atenção dos condutores



são comportamentos que contribuem para essas colisões envolvendo motocicletas. O trânsito pelo corredor de veículos em movimento e o fenômeno do "ponto cego", que acontece quando o condutor não enxerga no retrovisor quem está muito próximo dele, são outros fatores que contribuem para esse aumento da violência no trânsito.

DICAS DE SEGURANÇA

A PRF reforça que o uso do capacete bem ajustado à cabeça e de outros equipamentos de proteção, além de não utilizar o celular na direção dos veículos são comportamentos adequados, que evitam colisões e garantem mais segurança a quem precisa se deslocar de motocicleta diariamente. Quem vai na garupa das motos também precisa adotar alguns cuidados, como segurar na cintura do condutor ou nas alças laterais da moto, não sentar de lado e evitar distrações.

CORREIO DE PERNAMBUCO | PAINEL CORREIO POLÍTICO: A análise das pesquisas eleitorais e os bastidores de 2026. ELEIÇÕES 2026

PERNAMBUCO NA RETA FINAL: A DISPUTA ENTRE A AVALIAÇÃO DO GOVERNO, AS POLÊMICAS E A FORÇA DA POLARIZAÇÃO NACIONAL

A eleição em Pernambuco entrou em uma fase diferente. A pouco mais de duas semanas do primeiro turno, a disputa pelo Governo do Estado continua concentrada em Raquel Lyra e João Campos, mas os últimos acontecimentos elevaram o nível de confronto. Ao mesmo tempo, a eleição para o Senado permanece fragmentada, enquanto a disputa presidencial apresenta uma combinação de empate técnico e rejeição muito elevada dos dois principais candidatos.

O dado mais importante é que a campanha está mais agressiva, mas ainda não há evidência de uma mudança estrutural no cenário do Governo. As pesquisas continuam mostrando uma disputa apertada, com Raquel numericamente à frente em alguns levantamentos e empate técnico em outros. O Datafolha de 8 a 10 de setembro apontou Raquel com 47% e João com 42%; o RealTime, com entrevistas de 10 a 14 de setembro, encontrou 44% para João e 43% para Raquel. Na Quaest, realizada entre 4 e 7 de setembro, Raquel tinha 43% e João, 37%.

A CAMPANHA ENTROU NO TERRENO DAS POLÊMICAS

O episódio da laqueadura passou a ser um dos principais fatos políticos da última semana. Um vídeo de 2025, que voltou a circular agora, mostra Raquel Lyra sugerindo que uma laqueadura fosse realizada sem que a paciente soubesse. A governadora reconheceu que errou e pediu desculpas. João Campos reagiu publicamente, classificando a declaração como violência e afirmando que a prática seria prevista como crime pela legislação.

Politicamente, o episódio representa um problema de comunicação para Raquel porque desloca a campanha da discussão sobre resultados administrativos para uma questão envolvendo consentimento, autonomia da mulher e conduta de uma agente pública. A governadora, por sua vez, passou a responder ao episódio assumindo o erro e apresentando ações de sua gestão na área da saúde da mulher, como medidas contra a violência obstétrica e políticas de atendimento.

Ainda é cedo para afirmar que a polêmica alterou o quadro eleitoral. Nenhuma pesquisa divulgada depois da repercussão permite medir especificamente o impacto do episódio sobre a intenção de voto. Esse é um ponto importante: há repercussão política e midiática, mas não há, até o momento, evidência estatística pública de transferência de votos provocada pela polêmica.

O tema, porém, ganhou espaço nos debates. No confronto da TV Guararapes, na segunda-feira, além da laqueadura, apareceram discussões sobre bets, segurança, obras e gestão pública.

RAQUEL TENTA TRANSFORMAR EXPERIÊNCIA ADMINISTRATIVA EM ESCUDO

A estratégia de Raquel parece cada vez mais concentrada em preservar aquilo que os números mostram como seu principal ativo: a avaliação do governo.

No Datafolha, 65% aprovam a gestão da governadora e 31% desaprovam. Na avaliação geral, 48% consideram o governo ótimo ou bom, enquanto 20% o classificam como ruim ou péssimo.

Essa aprovação ajuda a explicar por que as polêmicas, até agora, não aparecem acompanhadas de uma queda evidente nas pesquisas. Raquel continua competitiva e aparece numericamente à frente no Datafolha e na Quaest, embora o RealTime mostre empate técnico.

Existe ainda outro elemento importante: a governadora consegue atravessar diferentes grupos políticos. O Datafolha registrou Raquel com 34% entre eleitores que se identificam como petistas, enquanto ela também apresenta desempenho forte entre eleitores de direita e bolsonaristas.

Isso torna a eleição estadual diferente da presidencial. O voto para governador não está necessariamente subordinado ao voto para presidente.

João Campos tenta nacionalizar, mas também estadualizar a eleição

João Campos tem uma vantagem política evidente na associação com Lula e com o campo político nacional que apoia o presidente. O desafio é transformar essa conexão em votos para governador sem permitir que a eleição seja reduzida a uma simples disputa Lula contra Bolsonaro em Pernambuco.

Por isso, o candidato também intensificou os ataques à gestão estadual. Nos debates mais recentes, a estratégia passou por questionar Raquel em temas como segurança, infraestrutura, saúde e obras.

Ao mesmo tempo, Raquel procura fazer o movimento contrário: trazer para o debate a administração de João no Recife e apresentar a eleição como uma comparação entre experiências de gestão.

É uma mudança importante no discurso das duas campanhas. O passado administrativo de cada candidato virou parte central da campanha.

João tenta mostrar que a experiência no Recife o credencia para governar o Estado. Raquel procura mostrar que a experiência acumulada no Governo é um argumento para sua permanência no Palácio.

REJEIÇÃO: A DIFERENÇA AINDA É PEQUENA NO ESTADO

O Datafolha mostra um dado que merece atenção: 32% dizem que não votariam de jeito nenhum em João Campos, enquanto 29% rejeitam Raquel Lyra. A diferença está dentro da margem de erro.

Isso significa que nenhum dos dois carrega, neste momento, uma rejeição que inviabilize sua candidatura. Ao mesmo tempo, mostra que a eleição pode ser influenciada pelo comportamento de quem ainda não está totalmente convencido por nenhum dos dois.

A rejeição será particularmente importante caso a eleição caminhe para um segundo turno. Quanto mais concentrada fica a disputa, mais relevante se torna a capacidade de cada candidato de receber votos de eleitores que não o escolheriam espontaneamente no primeiro turno.

SENADO CONTINUA SENDO UMA ELEIÇÃO DIFERENTE

A disputa pelas duas vagas ao Senado continua muito mais aberta.

No Datafolha, Marília Arraes aparece com 18%, Humberto Costa com 16%, Mendonça Filho com 12% e Eduardo da Fonte com 10%. Outros candidatos aparecem abaixo disso. Há ainda 22% de branco, nulo ou nenhum e 10% de indecisos.

O dado revela que uma parcela significativa do eleitorado ainda não fechou seus dois votos.

E isso torna a eleição particularmente dinâmica. Como são duas vagas, o eleitor pode combinar candidatos de diferentes grupos políticos. A escolha para o Senado não precisa acompanhar a escolha para governador.

Essa fragmentação também explica por que as pesquisas apresentam fotografias diferentes. No RealTime, por exemplo, Marília aparece com 27%, Mendonça com 21% e Humberto com 20%.

Mais do que procurar um líder isolado, portanto, o cenário atual indica uma disputa por duas vagas dentro de um eleitorado ainda bastante disponível.

PRESIDÊNCIA: LULA E FLÁVIO SEGUEM SEPARADOS POR POUCOS PONTOS

Na eleição presidencial, a pesquisa Quaest divulgada em 21 de setembro mostra Lula com 37% no primeiro turno e Flávio Bolsonaro com 33%. No segundo turno, Flávio aparece com 42% e Lula com 41%, um empate técnico considerando a margem de erro de dois pontos.

O dado mais expressivo continua sendo a rejeição.

FLÁVIO BOLSONARO TEM 56% DE REJEIÇÃO E LULA, 55%.

Ao mesmo tempo, o governo Lula registra 44% de aprovação e 50% de desaprovação na mesma pesquisa.

A combinação produz uma situação específica: existe uma avaliação negativa relevante do governo federal, mas isso não se transforma automaticamente em uma vantagem consolidada para Flávio. Da mesma forma, a força eleitoral de Lula convive com uma rejeição bastante elevada.

O eleitor que não deseja nenhum dos dois candidatos passa a ter peso significativo na formação do resultado.

A CONEXÃO ENTRE BRASÍLIA E PERNAMBUCO

É nesse ponto que a eleição pernambucana se torna particularmente interessante.

Na Presidência, Lula e Flávio estão presos a uma polarização nacional com rejeição superior a 50%.

No Governo de Pernambuco, Raquel apresenta aprovação de 65% e rejeição de 29%, enquanto João tem rejeição de 32% no Datafolha.

No Senado, quatro nomes aparecem relativamente próximos e uma parcela expressiva dos eleitores ainda não definiu seus dois votos.

SÃO TRÊS LÓGICAS DIFERENTES CONVIVENDO NA MESMA ELEIÇÃO.

Um eleitor pode votar em Lula para presidente e em Raquel para governadora. Pode votar em Flávio e também em Raquel. Pode escolher João para governador e dois candidatos de diferentes partidos para o Senado.

A chamada "chapa fechada" não está necessariamente reproduzida nas pesquisas.

O QUE MUDOU NESTA ÚLTIMA SEMANA

O principal movimento não foi uma alteração radical dos números, mas uma mudança de temperatura da campanha.

Raquel passou a enfrentar uma sequência maior de questionamentos sobre sua gestão e sobre episódios pessoais ou administrativos. A laqueadura tornou-se o exemplo mais evidente.

João intensificou a ofensiva contra a governadora e tenta aproveitar os debates para transformar temas negativos da administração estadual em argumentos eleitorais.

Raquel responde tentando manter a eleição no terreno em que os números lhe são mais favoráveis: avaliação da gestão, experiência administrativa e capacidade de dialogar com diferentes segmentos políticos.

No Senado, os candidatos procuram ampliar conhecimento e consolidar suas posições antes que o eleitor defina seus dois votos.

E, no plano nacional, a disputa Lula-Flávio permanece extremamente polarizada, com uma diferença pequena nas intenções de voto e rejeição muito alta para ambos.

A RETA FINAL

O cenário de 22 de setembro, portanto, é menos de uma eleição definida e mais de uma eleição em disputa.

O Governo, Raquel chega com uma avaliação administrativa elevada e numericamente à frente em parte dos levantamentos, mas João permanece próximo e a campanha ganhou intensidade.

A laqueadura introduziu um novo elemento de desgaste para Raquel, mas ainda não existe pesquisa que permita medir se a repercussão se transformou em perda eleitoral.

No Senado, a quantidade de indecisos e a proximidade entre os principais candidatos mantêm as duas vagas abertas.

Na Presidência, Lula e Flávio continuam separados por poucos pontos no segundo turno, enquanto ambos enfrentam rejeição acima de 50%.

O elemento comum entre as três disputas é justamente o tamanho do eleitor que ainda pode mudar a fotografia: no Governo, pela capacidade de cada candidato de conquistar quem está fora de suas bases; no Senado, pelos eleitores que ainda precisam escolher dois nomes; e na Presidência, pelo eleitor que rejeita os dois principais polos.

A reta final será, portanto, menos sobre conquistar exclusivamente o eleitor já convencido e cada vez mais sobre disputar o eleitor que ainda não transformou sua preferência em decisão definitiva.